



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

ERIKA LORRANY DE ARAÚJO MAGALHÃES

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CRECHES: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Castanhal-PA
2022

ERIKA LORRANY DE ARAÚJO MAGALHÃES

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CRECHES: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia,
do Campus Universitário de Castanhal, da Universidade Federal do Pará,
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Alfaia da Cunha.

Castanhal-PA
2022

ERIKA LORRANY DE ARAÚJO MAGALHÃES

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CRECHES: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia,
do Campus Universitário de Castanhal, da Universidade Federal do Pará,
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Alfaia da Cunha.

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Débora alfaia da Cunha
Orientadora/Presidente

Prof. Msc. Jones Souza Moraes
Examinador Interno (UFPA)

Prof. Dr. Assunção José Pureza Amaral
Examinador Interno (UFPA)

Castanhal-PA
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por ter sido meu refúgio e a minha sustentação, sem ele não estaria aqui hoje.

A Nossa Senhora de Fátima, por sempre interceder por mim.

Aos meus pais, Maria Lúcia de Araújo Magalhães e Francisco das Chagas Almeida Magalhães por serem minha base, essa conquista é nossa! Obrigada por tudo.

A minha família, que me ajudou e meu deu apoio para estar aqui.

Ao meu amor, Felipe Ferreira Costa, obrigada pelo pela compreensão e companheirismo.

As minhas meninas que estão comigo há 5 anos, Carla Costa, Gabrielly Pantoja, Gilmara Mota, Suzanny Costa e Raiane Rodrigues. Conseguimos chegar juntas ao final deste sonho. Obrigada pelos momentos compartilhados, vou levar vocês no coração além da universidade.

Aos amigos que fiz em sala, dentre eles João Vinícius e aos demais, obrigada por tudo, desejo sucesso no caminho de casa um!

A Universidade Federal do Pará, na qual costumo dizer que foi o meu “sonho realizado”

Aos professores, obrigada por todas as contribuições para minha formação. Em especial ao Professor Raimundo Nonato, que se tornou um amigo e a professora Débora Cunha por ter aceito me orientar.

Agradeço também ao Lucas Sodré e ao Luís Araújo, por terem me ajudado quando tive algumas dificuldades em disciplinas.

Agradeço a minha avó Maria Almisa Bezerra de Araújo, por tudo. Que me viu entrar na faculdade, mas que em algum lugar está me vendo realizar mais um sonho.

Por fim, obrigada a todos, sem vocês eu não estaria aqui hoje. Esse diploma é nosso.

RESUMO

O estudo tem por objetivo identificar as pesquisas realizadas, a nível de Pós-Graduação *Stricto sensu*, sobre a inclusão de crianças com deficiência em creches. A metodologia segue uma abordagem qualitativa e se constitui em uma revisão sistemática de literatura. Foi utilizado como fonte de coleta de dados, o banco digital de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Após seleção foram escolhidos 7 (sete) trabalhos, sendo 6 (seis) dissertações e 1 (uma) tese de doutorado, e a partir das análises destes, foram obtidos alguns dados gerais sobre o contexto histórico e cultural da educação inclusiva e as dificuldades que pessoas com deficiência tiveram para ter a garantia de seus direitos básicos. Desta forma, os autores após uma abordagem da história, trazem uma análise voltada também para a atualidade, em relação a falta de qualificação profissional, a falta de vagas ofertadas em escolas e em alguns momentos a falta de estrutura apresentada em alguns ambientes escolares. A partir do que foi visto no decorrer deste trabalho pode-se concluir que, por mais que os direitos tenham sido conquistados ao longo do tempo, o processo inclusivo ainda é algo em construção, pois quando se observa algumas dificuldades encontradas, verifica-se que ainda é necessário haver melhorias para a garantia de seus direitos.

Palavras-chave Educação Inclusiva, creche, revisão sistemática de literatura.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DE CRECHE E INFANCIA E A SUA TRAJETÓRIA AO LONGO DA HISTÓRIA	11
1.1 O QUE É A INFÂNCIA	11
1.2 UM BREVE CONTEXTO DE CRECHE	12
1.3 A TRAJETÓRIA DA CRECHE AO LONGO DO PERÍODO HISTÓRICO	12
1.4 CONHECENDO UM POUCO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	15
1.5 A PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO INCLUSIVO	18
1.6 A PRÁTICA LÚDICA COMO MEIO DE INSTIGAR A APRENDIZAGEM DO ALUNO	19
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	21
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS:	36

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso “Inclusão de crianças com deficiência em creches: uma revisão sistemática de literatura” tem como objetivo discutir o estado da arte das pesquisas empíricas sobre a educação inclusiva no primeiro estágio da Educação infantil - a creche.

Conforme o capítulo II, da seção II, artigo 30, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Educação Infantil vai de 0 a 5 anos de idade, sendo as creches ou entidades equivalentes destinadas para crianças de até três anos de idade. Além disso, ainda segundo a LDB, é direito da criança com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação ter acesso a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente, na rede regular de ensino, contando, inclusive com o atendimento educacional especializado.

Partindo do direito e da necessidade da educação de creche no atendimento da criança deficiente, a presente pesquisa busca ainda, discutir a importância desse acesso pelos benefícios que as metodologias lúdicas possuem para o desenvolvimento infantil de qualquer criança, com ou sem deficiência. O tema ludicidade não se descola do debate sobre o direito à creche, pois a brincadeira surge, conforme prevê o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) como direito das crianças a essa forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil.

Segundo Silva (2020), a ludicidade pode ser considerada como um método e uma linguagem que os profissionais da educação devem utilizar para efetivação da aprendizagem, bem como auxílio para o processo inclusivo. Segundo a autora, o brincar proporciona a criança uma forma mais significativa e menos segregada de trabalhar e aprender.

Dessa maneira, vale ressaltar que a atividade lúdica não é limitada a apenas jogos e brincadeiras, mas inclui diferentes momentos de interação, prazer, integração e entrega entre os membros envolvidos, respeitando as individualidades de cada um. Dessa forma Silva (2020) acredita que:

[...] para instigar o sujeito e proporcionar seu desenvolvimento e inclusão é preciso propor atividades prazerosas, desafiadoras, significativas, que despertem o interesse e a sociabilização. Desse modo, as atividades lúdicas podem ser uma excelente ferramenta pedagógica de desenvolvimento e inclusiva. (SILVA, 2020, p. 1).

Assim sendo, a ludicidade acaba sendo um processo relevante para a inclusão, desta forma, a partir de alguns estudos e pesquisas, viu-se a necessidade de abordar tal temática, pois algumas crianças ainda têm dificuldades em encontrar instituições de ensino que proporcionem ao aluno com deficiência uma educação de qualidade, desta maneira algumas das vezes ocorre o processo de “exclusão” ou “segregação”.

Desta maneira, quando inserida em sala de aula, a ludicidade pode proporcionar segundo Silva (2020), um desenvolvimento educacional da criança na qual; contribui para a sua formação, dessa forma o docente deve estar atento em como trabalhá-la, para que assim seja o principal mediador neste processo de aprendizagem.

Dessa maneira, justifico que este trabalho é importante pois visa trazer estudos para refletir sobre a ludicidade como uma prática pedagógica que agrega o processo inclusivo, viu-se necessário buscar estudos que trabalham a inclusão para o início da vida estudantil do bebê, pois algumas vezes ocorrem a diminuição do uso do lúdico ao decorrer que o discente avança para outras séries.

Dessa maneira, é importante ressaltar que Para Pinheiro (2015), a primeira forma de intervir pedagogicamente relacionadas a crianças no Brasil, surgiu através da intervenção dos Jesuítas, dando ênfase na atuação da Companhia de Jesus, na qual, era um movimento que tinha como objetivo catequizar os Indígenas em meados dos anos de 1549. Então, segundo Pinheiro (2015), o catolicismo acreditava que:

[...] a cultura indígena selvagem e atrasada, sendo que os jesuítas defendiam a ideia de que era preciso livrar as crianças indígenas dos costumes bárbaros de seu grupo de origem e, sob a justificativa de que era necessário preservar a pureza e a moral do infante, a pedagogia jesuítica se utilizava do processo de aculturação efetivado por meio da catequese, no qual a cultura, os hábitos e costumes dos indígenas eram totalmente desvalorizados (p. 35).

Assim, podemos observar que desde muito tempo há uma intervenção na cultura e viveres das crianças, na qual durante este período, a dominação da igreja católica era bastante presente e a influência de portugueses também, Pinheiro (2015), defende também que os costumes dos povos indígenas eram extremamente desvalorizados pela coroa portuguesa.

Segundo Oliveira (2022), a Educação Infantil é o primeiro ambiente em que a criança tem o contato inicial com outros adultos e outras crianças, assim durante este processo de escolarização é que o discente, com ou sem deficiência, vai formando a sua personalidade, sendo considerado um fator importante para que auxilie o aluno a buscar novos conhecimentos, desta maneira é necessário constituir no discente o respeito a diferença, havendo assim o início do processo de inclusão.

A Política Nacional de Educação Especial, visa trazer uma abordagem “Equitativa”, “Inclusiva”, e que forneça aprendizados ao longo da vida, assim sendo, através do Decreto Nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, ficou instituído no Cap. IV, Art. 6, que deve-se:

“I- oferecer atendimento educacional especializado e de qualidade, em classes e escolas regulares inclusivas, classes e escolas especializadas ou classes e escolas bilíngues de surdos a todos que demandarem esse tipo de serviço, para que lhes seja assegurada a inclusão social, cultural, acadêmica e profissional, de forma equitativa e com a possibilidade de aprendizado ao longo da vida.” (Política Nacional de Educação Especial, Cap. VI, art. 6. 2020)

Assim sendo, é necessário haver recursos para que o aluno aprenda de forma inclusiva e tenha uma educação de qualidade. Outro ponto importante de destaque é que a escola deve ter um PPP (Projeto Político Pedagógico) que tenha a integração de um AEE (Atendimento Educacional Especializado) e dentro deste âmbito ter a participação da comunidade como um todo para auxiliar no processo inclusivo.

Segundo Freitas e Franco (2022, p. 4) “para que a inclusão escolar aconteça, torna-se necessário que o professor desenvolva a capacidade de refletir sobre sua prática, bem como sua atitude diante do desafio de lidar com a diferença do outro” assim, o professor pode ser considerado com um dos principais envolvidos no processo de inclusão.

Nesse sentido, é necessário que haja formação adequada de profissionais da educação que saibam atender estas demandas sem que excluam ou segreguem estes bebês, vendo a necessidade de ter uma formação continuada ou uma especialização, tendo um grande avanço visando que em anos anteriores era necessário somente o ensino médio para atuar com crianças nas series iniciais e educação infantil.

Ainda é considerado um processo difícil, pois ainda há muitos preconceitos que precisam ser desconstruídos, dessa maneira é necessário que haja apoio não somente do professor, mas sim da comunidade ao todo, pois o docente é um dos principais responsáveis durante este momento, porém não é o único responsável.

Após uma análise surgiu o primeiro questionamento: como a ludicidade pode auxiliar no processo inclusivo de crianças de 0 a 3 anos? Compreendendo que esse questionamento supõe a compreensão de questões anteriores, como o próprio acesso das crianças com deficiência a essa etapa da Educação infantil, a pesquisa migrou para a seguinte questão problema: quais as experiências de inclusão de crianças com deficiência em creches e como essas experiências se relacionam a práticas lúdicas?

Buscando responder a essa última questão, a pesquisa migrou para uma revisão sistemática de literatura no banco de dados da CAPES, com os seguintes objetivos:

- Inventariar as teses e dissertações que focaram na educação inclusiva para o atendimento de crianças com deficiência, matriculadas em creches;
- Analisar o debate sobre ludicidade nas práticas destinadas ao atendimento das crianças com deficiência matriculadas nas creches, segundo os estudos selecionados.

No que se refere a estrutura deste trabalho, o mesmo está dividido em 4 seções. A primeira irá abordar acerca de uma contextualização de creche e infância, trazendo junto um pouco do contexto histórico através de sua trajetória. O segundo momento discorre sobre a metodologia utilizada durante a estruturação desta monografia. O terceiro apresenta os resultados e discussões sobre as obras analisadas no banco da CAPES.

Por fim, são apresentadas as considerações finais e o que este trabalho proporcionou a mim e a minha formação como futura profissional da educação através da pesquisa bibliográfica e a partir do estudo dos dados obtidos e dos objetivos alcançados.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DE CRECHE E INFANCIA E A SUA TRAJETÓRIA AO LONGO DA HISTÓRIA

1.1 O QUE É A INFÂNCIA

Segundo o Art. 2 do Estatuto da Criança e do Adolescente, criança pode ser considerada uma pessoa que possui até 12 (doze) anos incompletos, enquanto que a partir de 12 (doze) até os seus 18 (dezoito), encontra-se na adolescência. Desta maneira, quando trazemos o conceito “infância”, o mesmo origina-se do latim *infantia*, vindo do verbo *fari*= falar, onde a *fan*, é considerado falante e *in* é constituído como uma negação de verbo. Desta maneira, esta palavra pode significar o indivíduo que não é capaz de falar.

Para Nascimento *et al.*, (2008) o conceito de infância passou por diversas mudanças ao longo de períodos históricos distintos. Dentre os séculos 19 e 20 as crianças eram consideradas seres que necessitavam ser cuidadas, e que de certa forma era dependente de adultos, ideia esta que é utilizada até a atualidade.

Dessa maneira, a infância foi se alterando aos poucos através do processo de escolarização, sendo assim a pedagogia foi um marco durante este processo. Desta forma, é necessário também destacar que a construção social foi algo marcante durante este desenvolvimento, pois é considerado como um eixo principal de formação de cidadãos (Nascimento *et al.*, 2008).

Podemos dizer então que o conceito de infância foi se dando através de mudança ao decorrer de períodos históricos, porém quando trazemos para na nossa atualidade, vemos que é considerada como uma etapa da vida em que as crianças estão desenvolvendo, aperfeiçoando a sua coordenação motora e a sua fala formal, para que assim venham receber a construção de seus saberes presentes e futuros (Centro de Referência Integral de Educação, 2018).

Segundo a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) a primeira infância pode ser considerada como um as primeiras oportunidades para desenvolver de forma integral a forma de como a criança pensa, na qual pode proporcionar a criança um processo de aprendizado, além de ser um momento para o cuidado da saúde, do emocional assim trazendo um bem-estar infantil

1.2 UM BREVE CONTEXTO DE CRECHE

No primeiro momento é necessário falar brevemente sobre a contextualização do termo “Creche”. Segundo Kalil (2018), a creche pode ser considerada como um local de acolhimento e educação, na qual tem capacidade de trazer cuidados para a família, mostrando para as crianças um mundo cheio de experiências e novos horizontes.

Para a lei nº 12.796, do dia 4 de Abril de 2013, da Lei de Diretrizes e Bases, Art. 29 “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Assim sendo, é importante estar atento que a partir da resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009 o Estado tem o dever em ofertar e garantir vagas na modalidade da Educação Infantil Pública, na qual deve ser algo gratuito e que seja de qualidade, na qual não deve haver nenhum requisito para o processo seletivo.

1.3 A TRAJETÓRIA DA CRECHE AO LONGO DO PERÍODO HISTÓRICO

Por muitos anos a trajetória da creche passou por diversas modificações ao longo de períodos históricos distintos, foram passagens consideravelmente difíceis, pois tudo o que se conquistou para o direito das crianças de ter educação infantil, foi advindo de muitas lutas para que se reconhecesse que era necessário respeitar a infância.

Para compreendermos mais acerca de Creches no Brasil, é necessário compreender as primeiras intervenções criadas mundialmente, para que assim possamos fazer uma contextualização histórica dos acontecimentos ocorridos. Segundo Pinheiro (2015), foi através da revolução industrial que as famílias que moravam no campo passaram a habitar as zonas periféricas da cidade, assim as

mulheres e as crianças tiveram que vender a sua mão-de-obra nas fábricas para conseguir se manter, o que resultou na exploração dos mesmos. Assim as mulheres não tinham tempo para trabalhar e cuidar de seus filhos.

Segundo Perez (2020), as primeiras instituições de ensino infantil para crianças de 0-6 anos, foram criadas na Europa, em meado dos Séculos XVI e XVII, na qual tinha como interrelação o pensamento moderno. Perez (2020) acredita que:

[...] teorias a respeito de sua pureza e ingenuidade ganhavam força. Na França, o filósofo Rousseau (1712-1778) defendia em seus escritos a ideia do “bom selvagem”, ou seja, de que a natureza humana estava ligada à bondade, atribuindo à sociedade depravada o rebaixamento moral dos homens e das crianças; era preciso que as crianças se distanciassem dos ambientes rodeados de adultos já corrompidos, para que fossem ensinadas mais próximas da natureza e o mais longe possível dos homens depravados moralmente (p. 40-41).

Ou seja, era necessário que houvesse um espaço para que as crianças pudessem ser separadas dos adultos, para que assim não fossem corrompidas, assim a natureza humana era mais valorizada, para que dessa forma as mesmas pudessem ser indivíduos que possuíssem bondade e que adquirissem a boa moral da época.

Neste período as creches eram voltadas para um pensamento na qual tinha como foco a razão humana, e não as razões voltadas para a igreja e o cristianismo, o que resultou na queda da mesma, resultando em um pensamento com ideologias de teor científico. Na qual Marques (2020) afirma que durou entre os Séculos XV à XVIII, fazendo com que as creches fossem pensadas como aliadas ao direito infantil de brincar.

Dessa forma, vale ressaltar que autores como Friedrich Wilhelm August Froebel e Maria Montessori, foram considerados pensadores de suma importância para o processo de construção da educação infantil, pois segundo Santos (2013), Froebel acreditava que a creche seria um ambiente na qual a criança teria a oportunidade de aprender sobre si mesmo e sobre o mundo, sendo considerado um dos primeiros educadores a ter um olhar mais voltado para a educação de crianças.

Segundo Ferrari (2008), Montessori acreditava que a educação e a vida não deveriam ser limitadas apenas a conquista material, mas sim, era necessário se encontrar no mundo e cultivar a paz para que assim tivesse a oportunidade de amar. Dessa maneira, focando em formar indivíduos responsáveis e independentes em uma comunidade.

Desta maneira, podemos dizer que a trajetória de creche passou por vários momentos históricos e lutas para a garantia de direitos, porém, pensadores que se importavam com o bem-estar das crianças e melhores maneiras de aprender, foram considerados um marco fundamental na construção do processo de educação infantil, na qual, viu que era necessário ter uma prática mais amorosa, mais responsável, e que acreditam que a criança deve conhecer a si mesmo e a realidade em que vive.

Segundo Pinheiro (2015), as primeiras instituições existentes no Brasil, foram por conta das mudanças familiares encontradas em diversos países, por conta do desenvolvimento das indústrias na Europa, a partir da entrada das mulheres nos ambientes de trabalho, pois além de donas de casa, tinham também que conseguir suas formas de se sustentar, ficando sem tempo para cuidar dos seus filhos. Assim sendo, para Pinheiro (2015, p. 39) entende-se que:

[...] Dessa maneira, com a entrada da mulher no mundo do trabalho somada às pressões dos movimentos de mulheres, que lutavam pela proteção da infância popular, o Estado veio a criar creches comunitárias vinculadas às Secretarias de Assistência Social. Apesar disso, não se pensava que a infância seria incluída no sistema educacional”

Pode-se então dizer que as creches desta época foram criadas segundo Pinheiro (2015), no século XVIII e funcionavam como uma forma de assistência para auxiliar as mães, e tudo isso se deu através da luta das mulheres para que o Estado criasse locais que dessem um apoio para seus filhos, porém neste período ainda não se era pensado em abrir um espaço educacional para crianças com famílias com baixas condições de renda.

Segundo Silva (2013), a ideologia de educação neste período era vista como uma forma de silenciamento para aqueles que não tinham condições de acessar a mesma, geralmente somente os ricos e com uma grande influência tinham acesso a ter o processo de Ensino-Aprendizagem escolar. Assim os mesmos poderiam ter uma dominação sobre aqueles sujeitos que eram desfavorecidos socialmente. Dessa forma, Silva (2013, p. 20), compreende que:

[...] Essa relação de desprivilégio social, historicamente vem se configurando em diferentes perfis, conforme o foco do olhar sobre o espaço (localização) e tempo (período histórico) que nos propusermos a observar. No Brasil, sujeitos como negros, mulheres, crianças, idosos, indígenas, dentre outros ocupa(ra)m esse rol do desprivilégio social. Negados pela sociedade e impedidos de participarem ativamente da mesma estiveram (pseudo) silenciados.

Desta forma, podemos observar que as mulheres e crianças estavam contidas neste meio dos indivíduos que possuíam desprivilegio social, com isso eram silenciadas e não podiam expressar o seu descontentamento mediante a esta realidade, desta forma havendo a necessidade haver lutas políticas para a garantia de melhores condições de vida.

Durante o século XIX, houve um grande crescimento industrial e das zonas urbanas, o que resultou no aumento dos modelos de assistência e educação. Para Pinheiro (2015, p. 40):

[...] o modelo assistencial e educacional se propagou para diversos países, passando a ser adotado como modelo único de educação em nações como Rússia, Espanha, Áustria, inclusive no Brasil, sendo que cada civilização adotou o modelo de Froebel, mas sem se desvencilhar dos seus costumes e de suas tradições culturais”.

Desta maneira, aos poucos as creches foram ganhando espaço em meio a realidade populacional encontrada, para que desta forma as assistências venham cada vez mais sendo adotada por países diferentes, porém cada instituição seguia apenas um único modelo educacional padrão, levando em consideração os seus costumes.

A partir do conjunto de fatores ocorridos durante o processo de instalações de instituições de educação infantil, foi possibilitado o movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que as crianças de 0 (zero) aos 6 (seis) anos fossem atendidas e reconhecidas na Constituição Federal do ano de 1988, na qual no art. 205, visa a garantia da educação como um direito de todos e é um dever do Estado e da família. Dessa maneira, através do Art. 208, inc. IV, foi garantido o atendimento de creches e pré-escolas.

Dessa forma então, houve mais progresso ao acesso à educação infantil a partir dos artigos da constituição federal, garantindo assim o direito básico da criança para frequentar as creches, o que mais tarde, no ano de 1990 foi destacado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente a garantia deste atendimento para as crianças.

1.4 CONHECENDO UM POUCO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Vem se debatendo acerca de um Sistema Educacional Inclusivo desde meados dos anos 90, na qual traria para todos um certo contentamento, assim

buscando obter uma escola de qualidade e que não seja só uma questão de aceitação, mas sim, de valorização das diferenças. Porém, até a atualidade continua sendo um grande desafio (SOUTO *et al.*, 2014).

Segundo Perez (2020) foi construída a partir de avanços e retrocessos ao decorrer do período histórico, sendo considerada um processo inacabado e que ainda está em andamento. Sendo marcado desde o período da República velha, do ano de 1889 a 1930 em que segregavam as crianças por serem diferentes das demais. Sendo assim Perez (2020, p. 47) defende que:

[...] O diferente, o desviante, era rapidamente patologizado; seu corpo infantil (e tudo que esse corpo abarcava para além de sua corporeidade) era envolto em práticas e discursos que entendiam suas singularidades como anormalidades que necessitavam de tratamento, de correção.

Estas crianças consideradas “diferentes”, eram segregadas das crianças consideradas “normais”, para que a população da época não tivesse risco de se “manchar”, esses discentes eram encaminhados para as escolas públicas, na qual não participava dos mesmos espaços e nem tinham a mesma prática docente (PEREZ, 2020).

Segundo Nunes, Saia e Tavares (2015), durante o processo da instalação de instituições de educação no Séc. XX, visto que as escolas eram incapazes de suprir o aprendizado de alunos com deficiência, foram então criadas salas para que aqueles discentes que tinham dificuldades de aprender, ficassem somente na mesma, reforçando assim a segregação. Além disso, ao fazer esta separação a exclusão também era reforçada.

Esta ideia de exclusão, foi aos poucos ganhando mais força e cada vez mais aumentando, o que resultava numa ideologia cada vez mais forte neste processo, segundo Perez (2020), durante o Séc. XX, era considerado algo benéfico para as crianças consideradas anormais e que iria auxiliar no seu desenvolvimento.

Foi a partir do ano 1960 que leis entram em vigor, como a Lei de Diretrizes e Base Curriculares que trouxeram diversos artigos para o processo de inclusão das crianças, tendo como grande marco a Declaração de Salamanca, que foi criada em 1994 na Espanha, na qual objetivava trazer mudanças no sistema educacional para o progresso da educação inclusiva. Menezes (2001) cita que no art. 2 da declaração de Salamanca (1994), que as:

escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Assim podendo proporcionar um ambiente mais favorável para a aprendizagem e inclusão de crianças com deficiência, auxiliando no processo de escolarização, e assim aos poucos irem tirando a ideologia de exclusão e segregação das escolas, criando dessa forma, um ambiente acolhedor e que proporcione ao discente o combate a certas atitudes discriminatórias.

Segundo Santos (2016), a educação Infantil para todas as crianças é um direito garantido na constituição brasileira, na qual a ementa constitucional de nº 59/2009, alterou seus incisos I e VI do artigo 208, os mesmos visam trazer a obrigatoriedade de assegurar a educação básica dos 4 anos até os 17 anos de idade. Sendo assim o processo de matrícula foi tornado obrigatório na pré-escola, colocando as creches como como direito infantil público.

Assim é importante destacar o art. III, do art. 212 da constituição federal, na qual: "A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação". (Presidência da República, 2009).

Dessa maneira, além de uma educação pública e que atenda toda uma comunidade, é necessário que tenha também qualidade e equidade, ou seja que garanta o direito de cada um, compreendendo as suas diferenças e as respeitando os direitos constituídos, que estão presentes no plano nacional de educação.

Santos (2016), defende que durante a Convenção da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre direitos de pessoas com deficiência, no art. 7 houveram a aquisição de medidas para assegurar crianças com deficiência o exercício pleno com os demais, assim auxiliando no combate da segregação valorizando as diferenças no âmbito escolar, reforçando ainda mais os direitos das pessoas que possuem deficiência.

Foram através destas mudanças que as práticas de ensino foram melhoradas ao longo dos anos, assim a partir da nova definição de educação inclusiva, as práticas pedagógicas foram sofrendo alterações. Dessa maneira, segundo Santos

2016, a educação infantil é considerada uma maneira de entrar para a educação básica, tornando-se uma base para o desenvolvimento inclusivo para todos.

1.5 A PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO INCLUSIVO

Para se ensinar é necessário compreender que existem diversas realidades e diferentes singularidades, segundo Veiga (2018) “Nenhuma criança é igual à outra, isso deve ser lembrado quando se trabalha não só com crianças com deficiência, deve-se levar em consideração as particularidades de cada uma delas enquanto pertencentes a um meio coletivo” (p. 51).

Durante o período histórico é notável que passou por diversas dificuldades e que é algo que vem se construindo ainda em nossa atualidade então é um processo na qual não é fácil, pois é algo que necessita de visibilização, vivendo assim um movimento de integração. Dias (2015, p. 4), afirma este pensamento, na qual:

[...] No que pese à educação inclusiva, o processo de visibilização das pessoas com deficiência e sua chegada às escolas comuns não tem sido um processo fácil. Durante muito tempo, tais sujeitos viveram um movimento que pode ser denominado de integração.

Sendo necessário uma forma do agir docente, para que o professor ensine aos indivíduos através de metodologias que busquem instigar o seu conhecimento, para que assim seja um sujeito de direitos e não tenha invisibilidade. Necessitando assim de mudanças tanto nas escolas quanto no processo de ensino do discente (DIAS, 2015).

Além disso o processo de inclusão vai além do ensino do professor é preciso uma colaboração entre a família e a comunidade em um todo, para que possa cada vez mais, porém alguma das vezes o professor acaba sendo o mais apontado como falho quando isto não acontece, para Perez (2020, p. 55):

[...] O possível fracasso, o insucesso na inclusão seria facilmente explicado, e um culpado seria detectado: o professor. A ideia que sustenta essa concepção é fabricada a partir da lógica que compreende a inclusão socioeducacional como restrita ao espaço da sala de aula (como se os demais espaços da escola não fossem espaços legítimos de aprendizagens diversas), no qual o professor tem o poder de transformar aqueles sujeitos conforme as exigências sociais, familiares e educacionais, em condições de trabalho precárias (escassez de recursos humanos, materiais diversos, hora-atividade8 , formação continuada, ambiente adequado arquitetonicamente, comprometimento da equipe diretiva no trabalho coletivo, dentre outros.

Portanto, é necessário um comprometimento de familiares, amigos, e a comunidade para que auxiliem no processo inclusivo, pois o professor auxilia no processo de mudanças a adaptações, porém é necessário que haja o ajuda desses sujeitos para que esse poder de transformação vá além da sala de aula ou até mesmo além do âmbito escolar.

1.6 A PRÁTICA LÚDICA COMO MEIO DE INSTIGAR A APRENDIZAGEM DO ALUNO

Segundo Veiga (2018), a ludicidade pode ser considerada como um conjunto de atividades livres em que a criança tem a oportunidade de escolher o que quer brincar, ou seja, aquilo que mais lhe chama atenção e é de seu interesse, utilizando assim o imaginário para que possa idealizar e explorar o mundo ao seu redor. Bernadeu e Goldstein (2012, p. 59) defendem que:

Tradicionalmente, aceita-se o valor educativo do jogo nos primeiros níveis de ensino. Os estudantes das etapas infantil e primária aprendem com distintos tipos de brincadeiras (individuais ou de grupo) brincadeiras que implicam movimento, como o de perseguição; simbólicas, como jogos de palavras que, cantadas ou com música, como as brincadeiras de roda, bailes etc., mais adiante desenvolvem atividades lúdicas que combinam sorte e inteligência: jogo de mesa, com os tabuleiro ou o xadrez; de competição, com as corridas; jogos de simulação, de engenho e habilidades etc.

Os jogos e brincadeiras proporcionam vantagens, principalmente como um modelo de facilitador de aprendizagem, pois proporciona a criança, criar situações através de símbolos e o respeito as individualidades de cada um através dos trabalhos em grupo, porém ao longo que o discente avança anualmente nas séries escolares, este modelo lúdico vai cada vez mais sendo deixado de lado para dar lugar a novas metodologias de ensino.

Segundo Silva (2019), a educação infantil é a primeira etapa de escolarização das crianças, por isso há a necessidade de buscar metodologias que instiguem e estimule o desenvolvimento dos discentes, dessa maneira é um momento, na qual a autora afirma que é a “ação de **conhecimento de si e do outro**”. Assim sendo, pode ser considerado como o momento em que o aluno expressa o que pensa, as suas emoções, afetividade e expresse as mesmas através de brincadeiras.

Silva (2020), defende que ao utilizarmos brincadeiras em atividades, a criança consegue ter uma relação entre aprendizagem e prazer, proporcionando a busca em

aprender mais sobre determinado assunto. A autora utiliza como exemplo o caso de crianças que possuem deficiência intelectual ou/e múltipla, em que o uso da ludicidade auxilia no resgate da autoestima dos mesmos, pois proporciona um âmbito com condições igualitárias.

Para Silva (2013), o brincar é uma forma de estabelecer relações para a produção de conhecimento e constrói explicações, dessa forma a autora acredita que:

O brincar, quando aliado aos conteúdos educativos, permite que a criança se sinta livre para errar, tentar novamente, acertar, interagir com os colegas e professores de forma mais espontânea. Com isso, professores são capazes de compreender em que nível de aprendizagem e desenvolvimento em geral as crianças estão para promover novas aprendizagens nos domínios cognitivo, afetivo, emocional e social... (SILVA, 2013, p. 11).

Nesse sentido, a criança passa aprender mais de maneira mais leve, o que resulta em um enriquecimento da metodologia e dinâmicas fornecidas dentro da sala de aula, o que pode proporcionar uma boa relação, tanto pra quem se aprende quanto pra quem educa, assim para Silva (2013), o lúdico pode proporcionar um melhor rendimento escolar, proporcionando mais conhecimento, pensamento, oralidade e sentido.

Assim sendo, para Silva (2020) o brincar é considerado um método favorecedor no processo inclusivo, assim o profissional que estiver atuando deve direcionar e intervir para que o discente ao utilizar o lúdico trabalhe a agressividade e impulso, e assim consiga ter uma aprendizagem para saber lidar com as suas limitações e dificuldades durante o processo pedagógico.

Portanto, o brincar é de suma importância para o desenvolvimento da criança sendo uma forma de trabalhar o processo de inclusivo e proporcionar um ambiente de igualdade, para que os discentes possam aprender de forma mais prazerosa e possam também saber lidar com as dificuldades encontradas na escola e fora da mesma.

Por isso é necessário que o professor seja criativo e traga atividades lúdicas para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, pois para Bernabeu e Goldstein (2012), a ludicidade pode proporcionar o indivíduo a criatividade, tolerância e felicidade ao decorrer da sua vida, por isso se dá a importância do lúdico estar presente nas series avançadas também.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo se constitui em uma pesquisa bibliográfica, que para Souza, Oliveira e Alves (2021, p. 66), pode ser considerado como:

o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico

Assim podemos dizer que os autores Souza, Oliveira e Alves buscam explicar que a produção de pesquisa tem fundamentação principal na pesquisa de cunho bibliográfico, trazendo obras que já estão publicadas, na qual, funcionam como respostas aos problemas investigados, desta forma, o pesquisador terá contato direto com a obra, tendo oportunidade de concordar ou discordar do que está vivenciando com os trabalhos.

Além disso, o estudo segue a modalidade de revisão sistemática de literatura, que para Galvão e Pereira (2014, p. 183), pode ser considerado “como estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados. Entende-se por estudos primários os artigos científicos que relatam os resultados de pesquisa em primeira mão”.

Desta maneira, são utilizadas buscas por estudos relacionados ao tema escolhido, resultando na aquisição de conhecimentos e aprofundamento da temática, sendo considerado de certa forma, um trabalho rico em informações, na qual as obras são passadas por análises para que assim possam ser trazidas o máximo de detalhes possível para o que se está produzindo.

Havendo também uma coleta de dados para que obtivesse os resultados encontrados. Os mesmos foram obtidos através do banco de dados da CAPES, que “é uma plataforma digital de suma importância entre diversas e milhares de publicações científicas em um único site de informações, facilitando o processo de conhecimento do pesquisador, estando disponibilizadas na Base de Dados, através de um processo rigoroso de seleções confiáveis e que apresentam qualidade e originalidade” (Brito, Oliveira e Silva, 2021, p.10).

Esta pesquisa iniciou com o objetivo de refletir sobre as práticas docentes lúdicas de educação para crianças de 0-3 anos de idade (creche) na perspectiva da

inclusão, o primeiro momento foi iniciado uma busca por obras no banco de teses da CAPES. Segundo a base de dados da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) atualizado no ano de 2021, o banco da Capes é considerado uma ferramenta na qual visa buscar, resumos, dissertações e teses defendidas a partir do ano de 1987, sendo fornecidas por programas de pós-graduação responsáveis pelos dados.

O acesso a esta plataforma é livre, pois é um catálogo online que pertence ao governo brasileiro, sendo considerado assim um painel quantitativo trazendo uma grande abrangência de obras com assuntos multidisciplinar, o mesmo também possui filtros para que sejam encontrados a área de conhecimento desejado.

Desta maneira, foram selecionadas obras a partir do ano 2010, sendo este período como a justificativa e promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC), e assim a coleta de dados foi escolhida em um período de dez anos, dando início no ano de 2011 e indo até o ano de 2021.

No segundo momento foram adicionadas as palavras “Ludicidade Creche” para serem filtradas e apareceram 2378 resultados obtidos e para que pudéssemos refinar os dados obtidos foram selecionados trabalhos a partir inicialmente do ano de 2011 até o ano de 2021, no terceiro passo, foram selecionados a Grande de Área de conhecimento como “Ciências Humanas”, na qual foram selecionados entre dissertações de mestrado e teses de doutorado aparecendo assim 455 resultados encontrados.

O quarto passo foi selecionar como “Educação” as áreas de Conhecimento, Avaliação e Concentração, aparecendo 230 resultados obtidos, quinto passo foi adicionar o nome do programa que também foi “Educação”, para que assim conseguisse um menor resultado na busca para 209 resultados, e o último passo destes termos foi fazer uma filtragem a partir de temáticas encontradas e os resumos lido e assim foram selecionados alguns trabalhos para fazer o aprofundamento das leituras.

Porém, mesmo com todos os resultados encontrados era necessário a utilização de outros termos para que se aprofundassem mais as filtrações, pois o termo utilizado anteriormente era bastante amplo, a partir da observação do nome das dissertações e teses foram retirados apenas aquelas que tratavam sobre a questão da inclusão na Educação Infantil. Assim sendo, o termo escolhido foi

“Creche Down”, que resultou em 3565 resultados, e a partir daí foram definidos as dissertações e teses, sobrando 3333 resultados.

Esta filtragem obteve também resultados dos anos de 2011 até o ano de 2021, resultando em 1454, na qual teve como Grande Área de Conhecimento a “Educação”, trazendo 456 resultados e Áreas de Conhecimento, Avaliação e Concentração 191 resultados e o Nome do Programa escolhido também foi “Educação” resultando em 172 resultados, porém como na busca anterior foram necessários escolher obras, para fazer uma filtragem mais aprofundada do tema.

Outro termo utilizado para a busca foi “Creche Autismo”, e os resultados encontrados foram 3356, e após refinar os resultados apenas para dissertações de mestrado e teses de doutorado foram obtidos 3100 resultados, após selecionar resultados do ano de 2011 até ano de 2021, restaram 1834 dados obtidos. Foi selecionado Ciências Humanas como grande área de conhecimento, trazendo assim 878 resultados.

Foram escolhidos como “Educação”, as áreas de Conhecimento, Avaliação e Concentração, resultando em 296 resultados e o Nome de Programa escolhido também foi a “Educação”, no que resultou em 273 obras, na qual ainda foram necessárias fazer uma filtragem para selecionar obras centradas na temática.

Assim, após uma pesquisa entre diversas dissertações e teses encontradas no site da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), foram obtidos 7 (sete) trabalhos que são apresentados na sequência.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

As pesquisas selecionadas para análise foram organizadas no quadro apresentado a seguir.

QUADRO DE TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS ENTRE OS ANOS DE 2011 ATÉ 2021:

Título	Autor	Tipo de estudo	Instituição
Educação inclusiva na primeira infância em creches públicas	Soledade, Jacy Alice Grande Da (2018)	Pesquisa Documental	Universidade Federal Do Amazonas
A inclusão de crianças com deficiência intelectual em creches e pré-escolas: Dificuldades e possibilidades	Pinheiro, Fernanda Costa (2015)	Pesquisa Qualitativa E Quantitativa	Universidade Federal Do Amazonas
A prática docente para aprendizagem de crianças com síndrome de Down na educação infantil	Veiga, Elaine Cristina Freitas (2018)	Levantamento Bibliográfico, Documental, Coleta De Dados E Análise De Dados Empíricos	Universidade Federal Do Mato Grosso Do Sul
Vivências e oportunidades de aprendizagem: A criança de 3 anos com deficiência e seus pares na escola de educação infantil	Perez, Nicole Fischer (2020)	Qualitativa, Exploratória, Coleta De Dados, Entrevista.	Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul
O bebê com Síndrome De Down: Um estudo no Centro De Educação Infantil Criarte-Ufes'	Dias, Israel Rocha. (2015)	Estudo De Caso	: Universidade Federal Do Espírito Santo
Trajetórias educacionais de crianças com necessidades especiais no município Do Rio De Janeiro'	Silva, Maciel Cristiano Da. (2013)	Levantamento Bibliográfico E Documental, Estudo De Caso, Análise De Conteúdo	: Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

Autismo e inclusão na educação infantil: efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores	Souza, Maria Da Guia (2019)	Pesquisa Quase-Experimental Intrassujeito	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte
---	-----------------------------	---	---

Fonte: autoria própria (2022)

A partir dos 7 (sete) trabalhos selecionados, 2 (dois) estudam a Síndrome de Down, 1 (um) estuda a educação inclusiva, 1 (um) trata de autismo, 1(um) vai trabalhar a deficiência intelectual e os outros 3 (três) vão estudar a inclusão de forma mais abrangente nas escolas, todas estas obras foram elaboradas em creches com crianças de 0-3 anos, porém cada um vai abordar um aspecto diferente.

A primeira que é importante citar é uma tese de doutorado intitulada como **Educação inclusiva na primeira infância em creches públicas**, escrita por Soledade (2018), a autora inicia este trabalho trazendo um contexto histórico sobre a Educação Especial e todas as lutas e indiferenças enfrentadas por décadas para que educação fosse avançando do processo educacional em residências, para o processo de institucionalização, ou seja a fase em que as escolas estavam aumentando. Assim a autora vai apresentando as dificuldades encontradas para que as instituições de ensino passassem a aceitar pessoas com deficiência.

Soledade (2018), também traz a declaração dos direitos humanos como um marco importante durante este período de indiferenças, na qual a mesma acredita ser “uma proteção legal, ou pelo menos uma tentativa de proteção aos seres humanos, como a oposição ao apartheid, e abriu as portas para a elaboração de novos direitos, como o direito ao desenvolvimento” (p. 29).

A autora afirma que foram através das Políticas Educacionais Mundiais, que foi possível obter uma normalização e integração no contexto mundial. Porém os resultados não foram benéficos para todos, pois quando este período chegou ao Brasil, resultou infelizmente no aumento da segregação e exclusão, na qual foram necessárias haver leis que garantiam melhorias para o processo inclusivo, tais leis essas que tiveram início em 1961 e foram até 2016.

Porém a problemática encontrada por Soledade (2018), é que estas leis criadas se tornam falhas algumas vezes, pois tendem em abordar muito mais os níveis escolarização fundamentais e a sua universalização, do que o nível da

Educação Infantil, o que de certa forma, pode ser considerado praticamente “inexistente” para as creches.

Além disto a autora traz pesquisas bibliográficas do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD, na qual, visa selecionar para trabalhar obras que estão entre os anos de 2008 até o ano de 2018, trazendo assim, trabalhos que abordam o contexto da educação inclusiva.

Assim, Soledade continua a obra trazendo o contexto da época, em que a mesma considera como “da Roda dos Excluídos à cultura da rejeição”, na qual trata-se abordar, desde a época em que as crianças eram cuidadas pelas mães, até o período em que houve uma organização escolar. Dessa maneira, a autora vem retratar a situação atual brasileira, em que a escola é para todos, porém ainda é necessário que haja luta para retirar algumas ideias que ainda estão enraizadas em algumas pessoas. Assim sendo, Soledade (2018, p. 57) considera que:

A roda dos excluídos continua atuante. A roda gira, a cultura nega. Segregando, excluindo, pondo a margem, os que no capitalismo são “anormais” e não tem o mesmo rendimento dos demais. Precisam de caridade, de isolamento dentro da própria creche e quando sua matrícula é negada, é possível ouvir que criança especial dá trabalho.

Desta maneira, pode-se dizer que na nossa atualidade ainda há dificuldades que precisam ser vencidas. Os resultados desta pesquisa mostram que foram necessários abordar os planos educacionais brasileiro e do Estado do Amazonas, para que assim fosse concluído que este trabalho tem como grande objetivo trazer a grande falta de inclusão encontrada nas creches públicas em Manaus, sendo considerado como uma região que não atende nem 1% da demanda populacional, fazendo com o que torne excludente o atendimento educacional.

A segunda obra que foi selecionada é uma dissertação de mestrado, intitulada como **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS: dificuldades e possibilidades**, e tem como autora Pinheiro (2015), no primeiro momento é abordado sobre a Infância, deficiência intelectual e inclusão escolar de crianças de 3 à 5 anos de idade.

Assim, ao decorrer do texto vem se trabalhando as diferentes ideias em que o conceito da palavra “criança” foi passando ao longo do período histórico, sendo assim, foi através do surgimento de unidades educacionais infantis desde a Europa até a chegada ao Brasil, havendo lutas e dificuldades ao longo desta trajetória, é que

as crianças obtiveram os seus direitos básicos, a partir do ano de 1959, através da Declaração dos Direitos da Criança.

Já em uma abordagem histórica da pré-escola e creche, a autora afirma que as primeiras intervenções pedagógicas encontradas no Brasil, foram através dos Jesuítas, que eram os portugueses que vinham por intermédio da igreja católica com o objetivo de catequisar os povos indígenas que residiam na zona brasileira.

Desta maneira, Pinheiro (2015), aborda que antes da instalação de instituições de Educação Infantil as famílias eram as responsáveis pela educação das crianças, já na atualidade as creches são consideradas como uma forma de complementação para o processo educacional, sendo importante destacar que o cuidado e a educação ainda é considerado parte responsável dos pais da criança.

Pinheiro (2015), afirma que o cuidar e o educar na escola andam interligando-se, pois traz uma afetividade tanto para quem se aprende, quanto para quem se ensina, criando assim uma relação de cuidado, aprendizagem e confiança. Segundo a autora: “Em relação ao atendimento de crianças com deficiência, destaca-se que o ato de cuidar colabora com o desenvolvimento do professor e do aluno, na medida em que ambos têm a oportunidade de aprender um com o outro” (p. 44).

Outro fator que a autora aborda e acha importante destacar, é a formação adequada de para trabalhar com educação inclusiva, desta forma, o professor deve estar ciente da importância de se utilizar as atividades lúdicas para auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem infantil, principalmente com crianças que possuem alguma deficiência.

Assim Pinheiro, trabalha a partir da cidade de São Luís no Maranhão, através da realidade encontrada lá, fazendo assim uma análise sobre o processo de exclusão e inclusão de alunos com deficiência. A autora também traz leis que mostram que a inclusão é um direito necessário, como por exemplo a constituição brasileira “A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) caracteriza a educação como um direito humano universal e inalienável, ou seja, intransferível” (PINHEIRO, 2015, p. 77).

Reconhecendo que é ainda é uma situação que possui muitos desafios, sendo assim, o processo inclusivo necessita cada vez mais ganhar espaço nas escolas atuais, dessa maneira então “ressalta-se que uma educação de qualidade e

inclusiva deve estar pautada no respeito à singularidade e à diversidade humana” (PINHEIRO, 2015. p. 109).

Assim os métodos utilizados nesta pesquisa foram de cunho qualitativo e quantitativo, havendo pesquisas documentais e entrevistas semiestruturadas com professores de educação infantil, para que mostrassem as dificuldades e possibilidades encontradas dentro do âmbito escolar das instituições de ensino público em São Luís.

Dessa maneira este trabalho resultou mostrar que há formação inadequada e estrutura física inadequada, na qual, foi dito por professores atuantes nas creches de São Luís- MA que tem vivências com as dificuldades encontradas no ambiente, havendo a necessidade da construção de um espaço escolar que atenda esta população de forma adequada e garanta os seus direitos.

O terceiro trabalho escolhido foi uma dissertação de mestrado intitulada **“PRÁTICA DOCENTE PARA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL”**, escrita por Veiga no ano de 2018. A autora inicia abordando o contexto histórico, trazendo os pensamentos de Vygotsky e o desenvolvimento da psicologia ao longo dos anos, mostrando também sobre como funciona a aprendizagem infantil na psicologia histórico-cultural.

Assim Veiga afirma em sua pesquisa que Vygotsky, acreditava que o homem seria um transformador do meio em que vive, pois ao longo de períodos históricos o indivíduo foi se modificando. Dessa forma, a autora defende ao decorrer de sua obra que os jogos e brincadeiras foram se modificando em diferentes localidades ao longo do avanço no período histórico e cultural, desta maneira, trazendo modificações constantes no lúdico.

Veiga (2018), acredita que “A teoria vygotskyana defende a aprendizagem da criança em seu meio social, por meio da interação com seus pares, só se desenvolvem se relacionando com outros” (p. 24). Ou seja, a criança aprende e reproduz aquilo que vivencia através da forma interacional com os adultos de seu meio.

A autora vem trazendo ludicidade contextualizada como atividades gratificantes que envolvem o imaginário e a fantasia da criança, para que assim a mesma venha conhecendo o mundo ao seu redor. “Por meio desta atividade a criança faz uso da imaginação, rompendo com a realidade, proporcionando novos

significados aos objetos que tem contato na brincadeira protagonizada, o ambiente e situações vividas” (p. 34).

Assim ao decorrer desta obra, Veiga (2018) vem abordando acerca do termo “defectologia”, na qual significava a separação das crianças que eram consideradas especiais para que fossem estudadas, assim vale destacar que o termo “especial” e estas atitudes não eram consideradas preconceitos na época. Vygotsky vem neste período estudar esta situação visando melhores práticas de ensino, assim visava mostrar que a aprendizagem era diferente para cada indivíduo, enquanto uns aprendem com mais dificuldades, outros tem mais facilidade.

Este trabalho teve como metodologia pesquisas bibliográficas e documentais, coleta de dados e análise empírica. Desta maneira, a autora vem trazendo mais um pouco sobre a história da síndrome de Down e toda a sua dificuldade de aceitação ao longo dos anos e como a prática docente dos professores influencia a aprendizagem da criança.

Assim a autora trabalha uma abordagem histórica da criança e a educação Infantil, afirmando que as crianças sofreram muitos tipos de abusos para que houvesse a garantia de seus direitos, desta forma a Veiga (2018) defende que:

“percebe-se a importância da legislação que garante não apenas a educação, mas também a segurança e saúde das crianças, compreender que historicamente elas passaram por momentos de desrespeitos e violência. O respeito e a valorização da infância devem ser defendidos para que todas tenham oportunidade de viver essa fase da vida tão importante” (p. 72-73).

Assim a partir da valorização da infância e garantia de direitos foram então criadas as unidades de educação infantil, e após estas criações viu-se a necessidade de incluir a ludicidade na prática, pois podia proporcionar uma forma diferente de aprender e de ver o mundo, fazendo com que a criança se desenvolva e aprenda com mais facilidade através da simbologia e imaginação infantil com base na realidade vivida, proporcionando as crianças com Síndrome de Down melhor aprendizagem.

Dessa forma, podemos dizer que esta pesquisa resultou mostrar uma análise das dificuldades encontradas para o processo de inclusão, dentre as que merecem ser ressaltadas é a formação inadequada de docentes para trabalhar com crianças que possuem Síndrome de Down. Assim é necessário reconhecer que o professor precisa estar preparado para receber crianças com deficiência e saber encontrar ferramentas lúdicas para uma melhor aprendizagem, autonomia e inclusão.

A quarta obra selecionada é uma dissertação de mestrado que tem como título, **VIVÊNCIAS E OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM: A CRIANÇA DE 3 ANOS COM DEFICIÊNCIA E SEUS PARES NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL** do autor Perez, no ano de 2020. Na qual, inicia-se trazendo um contexto histórico de crianças de 0-3 anos de idade e como os adultos a viam durante este período, sendo consideravelmente um momento da história em que a criança não era valorizada.

Segundo a autora foram necessárias grandes movimentações em esferas culturais e econômicas, para que os direitos infantis fossem garantidos assim o ganho na legislação brasileira foi considerado um marco para a mudança sociais a políticas, que foram sendo criadas através de olhares mais humanos em relação ao direito básico da criança, trazendo proteção para as mesmas. Dessa maneira, a autora traz como a infância é vista nos dias atuais e como houveram a criação de creches e pré-escolas no Brasil.

Assim sendo Perez (2020), explica que a instituição educacional surgiu por conta da necessidade da mulher/mãe entrar no mercado de trabalho durante o processo de industrialização, então era necessário ter um espaço para que as crianças não ficassem sem cuidados, e assim aos poucos foi havendo o crescimento das creches, na qual foi constituído como uma relevante avanço para o direito básico infantil brasileiro.

Para o autor, o processo da trajetória da educação inclusiva nas escolas ainda é um processo inacabado, por mais que tenha passado por diferentes contextos históricos é um algo que não está, e que ainda precisa de melhoramentos para a vida das crianças na vida dentro e fora da escola, na qual, nos períodos anteriores havia uma grande segregação das crianças com deficiência, pois não queriam “corromper” as pessoas consideradas “normais”.

E foi através de leis e constituições que processo de segregação foi diminuindo ao longo dos períodos históricos e culturais, trazendo espaços pensados para todas as crianças de forma igualitária. O autor também afirma que os direitos obtidos foram fundamentais para a aceitação e valorização das crianças.

Mais adiante em seu trabalho Perez (2020), defende que a formação docente é um dos principais interlocutores no contexto da inclusão, porém não é o único responsável, pois há necessidade da comunidade como um todo na participação do processo inclusivo das crianças com deficiência, neste sentido é necessário que o

professor esteja preparado para lidar com diferentes situações durante este processo. Desta forma, este pensamento pode ser considerado como uma reflexão para aqueles que preocupam com os direitos infantis.

Na visão do autor o brincar é de grande relevância para a aprendizagem mediante a tantas realidades encontradas, dessa maneira, é importante estar atento para que a brincadeira e o jogo estejam adequados a partir do mundo em que o discente está inserido. Para que assim, possa aproximar a aprendizagem das vivências, proporcionando assim interações entre quem brinca.

O autor também traz neste trabalho uma visão Vygostkyana sobre a infância e as brincadeiras, sendo o lúdico considerado um elemento de potencialização da aprendizagem, assim quando brinca, está a construir novas maneiras de ver o mundo. Então para que pudesse ser feita esta pesquisa o autor utilizou uma pesquisa qualitativa de cunho explorativo, possuindo juntamente entrevista com participantes que atuam na área da educação infantil.

Desta maneira, através deste trabalho os resultados obtidos foram que as interações entre crianças e adultos e sua relação com as demais crianças resulta aprendizagem para os membros envolvidos. Pois quando a criança interage com outra criança que possui deficiência ocorre uma grande construção de conhecimentos, respeito e aprendizagem através de movimentos e habilidades corporais, pois o corpo como um brinquedo pode proporcionar relações afetivas o que resulta em um processo de inclusão e acolhimento.

O quinto trabalho selecionado é um artigo de mestrado e intitula-se como **O BEBÊ COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIARTE-UFES**, na qual tem como autor Dias (2015). Esta obra vem abordando o processo inclusivo de um bebê com síndrome de Down matriculado em um centro educacional.

Desta maneira, Dias (2015) aborda em sua obra um pouco do conceito genético da Síndrome de Down e as suas características gerais e individuais que cada sujeito possui, assim o autor dá uma ênfase a mais para que haja uma breve compreensão mediante a este processo. Após este momento o autor dá continuidade ao trabalho abordando sobre breves conceitos da educação infantil e da educação inclusiva.

Assim o autor ao longo de seu trabalho visa abordar o processo de ressignificação da criança e o processo de visibilização da educação inclusiva, na

qual foi ganhando força no contexto brasileiro, sendo considerada como um desenvolvimento da inclusão pois traz maneiras que garantem a educação de pessoas com deficiência. Assim Dias (2015), traz um breve contexto histórico cultural do bebê com deficiência a partir do pensamento Vygotskyano.

A obra de Dias (2015) foi elaborada a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual possui um estudo de caso. Assim sendo, este trabalho traz como resultados mostrar que as práticas pedagógicas que são desenvolvidas diariamente proporcionam a criança desenvolver as suas funções psicológicas superiores. Dessa forma, visando compreender que a forma como o professor trabalha é essencial para a aprendizagem discente.

O sexto trabalho analisado é uma dissertação de mestrado e tem como título, **Trajetórias educacionais de crianças com necessidades especiais no município do Rio de Janeiro**, foi escrito por Silva (2013), e tem como objetivo geral avaliar maneiras para políticas públicas relacionadas a educação na cidade do Rio de Janeiro. Assim a abordagem principal que a autora busca trazer é a relação entre as políticas públicas, as práticas pedagógicas e o processo educacional de crianças pequenas (0-8) com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.

Para que a discussão seja iniciada, o autor aborda primeiramente o processo da política nacional de inclusão escolar e a educação para a infância, assim ao decorrer desta obra é trabalhado o contexto histórico sobre a ideia de “Educação”, e em seguida como a Educação Especial é abordada perante a legislação brasileira. Trazendo assim a forma de como se deu a criação de leis para o desenvolvimento do processo inclusivo até a atualidade.

Assim o Silva (2013), em seguida vai busca abordar uma discussão mais focada no Rio de Janeiro, na qual, é focado em analisar todo o trabalho pedagógico de uma instituição ensino, que tem como objetivo “realizar atendimento e suporte especializado às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades” (p. 41).

Então a análise que Dias (2015) traz que é necessário então que o professor que irá atender criança com necessidade tenha uma formação adequada, para que assim possa melhorar cada vez mais o atendimento com deste público. Então a partir desta perspectiva o autor traz como relevância contextualizar um pouco sobre o ensino infantil no Rio de Janeiro, na qual visa falar também sobre a formação docente continuada necessária para a atuação.

Assim, o autor afirma que a presença familiar no processo educacional da criança é de suma importância pois, segundo Silva (2013), pode ser considerada como uma “instituição social primária” por ter que assumir responsabilidade para os processos de reprodução, crescimento e desenvolvimento do indivíduo. Dessa forma, a partir do que é visto dentro da família a criança acaba reproduzindo os gestos observados em outros ambientes, seja de forma positiva ou negativa, podendo por exemplo em uma criança autista causar algum tipo de transtorno caso algo a faça se sentir mal.

Para a realização deste trabalho, Silva (2013) utilizou como método um levantamento bibliográfico na base da Scielo e a partir destes dados o autor utilizou também uma pesquisa quase-experimental intrassujeito. Desta maneira, trazendo como resultado, inseguranças em experiências e trajetórias encontradas, pois ainda há situações negativas presentes em escolas para o desenvolvimento e escolarização das crianças com deficiência, assim sendo, necessário conhecer os direitos da educação para pessoas com necessidades especiais, mostrando que é importante a instituição possuir atendimento especializado para os mesmos.

A sétima obra utilizada é uma dissertação de mestrado intitulada de **Autismo e inclusão na Educação Infantil: efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores**, da autora Souza (2019), este estudo aborda trabalhar com crianças de 0-6 (zero à seis) anos de idade.

Segundo Souza (2019) a problemática encontrada através da literatura estudada é “que um dos maiores desafios da EI se constitui na efetivação de políticas voltadas para a formação de professores, em especial, para a educação de crianças com deficiência” (p. 17), desta forma deve estar atento para a prática pedagógica do professor e a sua formação especializada dentro da perspectiva de inclusão.

A autora traz neste trabalho todo o contexto histórico, porém de forma breve e que aborda desde meados de 1500 até a atualidade. Dessa maneira, contextualizando um pouco ao longo da história do Espectro Autista e vem abordando os seus aspectos principais, trazendo desde a sua origem e as primeiras descrições em crianças, até chegar ao período atual, na qual é visto como um “único transtorno com graus de variados de comprometimento” (p. 22).

A seguir a mesma comenta um pouco sobre as características do Espectro Autista e os seus sintomas. Desta maneira, para que obtivesse esta discussão Souza, traz em seu trabalho uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual trouxe os seus dados em uma busca através de obras da CAPES, voltadas para os anos de 2014 até o ano de 2018. Assim trazendo também outro tipo de pesquisa, considerada como quase experimental intrassujeito.

Desta maneira, este trabalho tem como resultados o sucesso ou fracasso do processo de escolarização da criança que possuem TEA, na qual é necessária uma formação continuada de professores para trabalhar com o público que possui deficiência. Assim, tendo como objetivo fazer uma avaliação da proposta pedagógica de intervenção escolar com uma criança que possui autismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia, foi de suma importância para meu aprendizado como futura profissional da educação, trazendo reflexões sobre as práticas lúdicas inclusivas em creches, pude perceber através dos dados obtidos que o processo inclusivo, muitas das vezes torna-se algo vago, seja por falta de formação ou seja por falta estrutura.

Desta maneira, a partir do contexto histórico viu-se que durante muito tempo houveram grandes lutas para que as crianças tivessem o seu direito básico de estudar, na qual só se deu por conta da entrada das mulheres no mercado de trabalho durante o processo de industrialização, na qual as mães acabaram não tendo onde deixar os seus filhos, sendo necessário ter um espaço para que as crianças ficassem durante este período.

Ao decorrer desta pesquisa foi notável que a luta das mulheres neste período foi fundamental para pressionar o Estado para a construção de creches, sendo uma maneira de quebrar todo o silenciamento que o mesmo proporcionava a estas mães e pessoas de classe baixa, e mesmo com todas dificuldades ainda estavam dispostas a buscar por melhorias na vida de seus filhos, o que foi de suma importância para os direitos das crianças.

Assim sendo viu-se também a grande relevância de utilizar o lúdico dentro da sala de aula como uma ferramenta pedagógica para as crianças, fazendo com que

as mesmas consigam fazer uma relação entre o mundo de fantasias e imaginação e o mundo real, sendo de suma importância de ser trabalhada durante a infância.

Através de métodos lúdicos viu-se também o quando ele é importante para o desenvolvimento de crianças com deficiência, servindo como uma ferramenta principal de aprendizagens, trazendo assim uma maneira do aluno conhecer a si e aos seus colegas, proporcionando momentos de acolhimento, interação e prazer.

A ludicidade ao meu ver, é uma ferramenta pedagógica de suma importância para se criar uma relação mais harmoniosa em sala de aula, sendo considerada de grande relevância também para o processo de inclusão de crianças com deficiência, assim como os autores citados afirmam, o lúdico proporciona ao discente uma maneira de interagir, brincar e aprender ao mesmo tempo.

Foi identificado também a necessidade de o docente compreender que cada criança é diferente uma das outras e aprendem de formas diferentes principalmente quando trabalha com discentes que possuem algum tipo de deficiência para que assim possa trabalhar as singularidades de cada uma, havendo aí a importância da formação docente especializada.

Portanto a partir das obras analisadas através do banco de dados da CAPES, foi notável que ainda é uma dificuldade o processo de inclusão, na qual grande maioria dos autores vem trazendo o processo histórico para mostrar que as lutas vieram desde muito tempo, para que assim a garantia dos direitos das pessoas com deficiência fosse sendo constituídos.

Dessa forma, ainda é necessário na atualidade atentar-se sobre algumas problemáticas que precisam ser aos poucos sendo melhoradas, como por exemplo questões de estrutura, as ideologias mais antigas que algumas vezes podem ser preconceituosas e dentre alguns fatores que ainda precisam de um olhar especial.

Deve-se compreender que o processo de inclusão é algo na qual está sempre em construção, para a desconstrução de alguns conceitos, sendo professor um dos principais responsáveis, porém não o único, na qual é necessário o apoio de familiares, alunos e a comunidade que a criança está inserida como um todo.

Portanto, conclui-se este trabalho no intuito de que esta pesquisa possa auxiliar educadores, pais e a comunidade que se interessa pelo assunto.

Objetivando mostrar as lutas enfrentadas pelas mulheres para garantir o direito a creches e que as práticas lúdicas são sim, uma ferramenta que se bem trabalhada pode auxiliar em processos inclusivos de ensino.

REFERÊNCIAS:

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasil, copyright 2016.

Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Centro de Referencias em Educação Integral. **Cidade escola aprendiz**. 29/06/2018.

Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/infancia/>

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994. ESPANHA

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Disponível em: [rceb005_09.pdf](#)

DIAS, ISRAEL ROCHA. **O BEBÊ COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIARTE-UFES'** 14/12/2015 168 f. Mestrado

em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFES

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snee/article/view/24178/16542>

FERRARI, Márcio. **Maria Montessori, a médica que valorizou o aluno.** Nova Escola, 01/10/2008.

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/459/medica-valorizou-aluno>

FREITAS, Rafaela Flávia de. FRANCO, Marco Antonio Melo. **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO DOCENTE E PESQUISA-AÇÃO: O QUE DIZEM AS PESQUISAS RIAEE**– Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1714-1735, jul./set. 2022. e-ISSN: 1982-5587 DOI: <https://doi.org/10.21723/riaae.v17i3.15971>

disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15971/14091>

FURTADO, Ricardo. **Decreto 10502, de 30/9/2020 – institui a política nacional de educação especial: equitativa e com aprendizado ao longo da vida.** Sociedade de advogados, 2019.

Disponível em: <https://ricardofurtado.com.br/decreto-10502-de-30-9-2020-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial/#:~:text=de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial-,Decreto%2010502%2C%20de%2030%2F9%2F2020%20%E2%80%93%20institui%20a,aprendizado%20ao%20longo%20da%20vida&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%3A%20Equitativa%2C%20Inclusiva%20e,aprendizado%20ao%20Longo%20da%20Vida.>

GALVÃO, Taís Freire. PEREIRA, Mauricio Gomes. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 23(1):183-184, jan-mar 2014.

Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ress/a/yPKRNymgtzwzWR8cpDmRWQr/?lang=pt&format=pdf>

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL, **DIARIO OFICIAL DA UNIÃO.** Órgão: **Atos do Poder Executivo.** 01/10/2020 | Edição: 189 | Seção: 1 | Página: 6

Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>

KALIL, Suely Amarante e Irene. **Creche e desenvolvimento infantil.** FIO CRUZ: Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida. 2018.

Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/creche-e-desenvolvimento-infantil>

LIMA, Lidinéia Rezende Santos. LIMA, Luciane Rocha de Carvalho. NASCIMENTO, Silva Stefany da Mata. SANTOS, Israel Serique dos. **A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UTILIZANDO JOGOS E BRINCADEIRAS.**

Disponível em:
https://facunicamps.edu.br/cms/upload/repositorio_documentos/263_A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20LUDICIDADE%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%20UTILIZANDO%20JOGOS%20E%20BRINCADEIRAS.pdf

MARQUES, Maianna. **FILOSOFIA MODERNA.** Educa Mais Brasil. 2020

Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/filosofia/filosofia-moderna>

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbetes Declaração de Salamanca.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.

Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do. BRANCHER, Vantoir Roberto. OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas**. Ano 23 • nº 79 . Jan./Jun. • P. 47-63, Jan./Jun. 2008

Disponível em: [1051-Texto do artigo-4330-1-10-20130516.pdf](#)

NUNES, Sylvia da Silveira. SAIA, Ana Lucia. TAVARES, Rosana Elizete. **Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família**. SCIELO, BRASIL. 2015.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdZxy4yHrX9Lz9txCtQ7c/?lang=pt>

OLIVEIRA, Bruna Rosa de. **DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PROCESSO DE INCLUSÃO**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Curso de Pedagogia Educação Profissional e Tecnologia. Iporá, 2022.

Disponível em:

<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2818/1/DIFICULDADES%20ENCONTRADAS%20PELOS%20PROFESSORES%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%20NO%20PROCESSO%20DE%20INCLUS%C3%83O.pdf>

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos

Disponível

em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009.

Disponível em: [Emenda Constitucional nº 59.pdf](#)

PEREZ, NICOLE FISCHER. **VIVÊNCIAS E OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM: A CRIANÇA DE 3 ANOS COM DEFICIÊNCIA E SEUS PARES NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL'** 06/03/2020 166 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Central da PUCRS

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/forumpelainclusao/?p=181>

PINHEIRO, FERNANDA COSTA. **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS: dificuldades e possibilidades'** 29/09/2015 251 f. Mestrado em EDUCAÇÃO

Disponível em:
<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/97/1/DissertacaoFERNANDACOSTAPINHEIRO2015.pdf>

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. **Marcos legais da educação infantil inclusiva.** [15/07/2016.](#)

Disponível em:
<https://diversa.org.br/artigos/marcos-legais-da-educacao-infantil-inclusiva/#:~:text=D,e%20acordo%20com%20a%20lei,creche%20e%20na%20pr%C3%A9%20Descola.>

SILVA, Gabriele. **Benefícios da ludicidade para as crianças**

Saiba como as atividades lúdicas contribuem com o desenvolvimento infantil. Educa mais Brasil. 25/04/2019.

Disponível em:
<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/beneficios-da-ludicidade-para-as-criancas>

SILVA, Kénnia Jaciene da. **OS BENEFÍCIOS DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E SOCIAL DA CRIANÇA**. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Modalidade à Distância. Itapaiana- PB, 2013.

Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4246/1/KJS26032014.pdf>

SILVA, MACIEL CRISTIANO DA. **Trajetórias educacionais de crianças com necessidades especiais no município do Rio de Janeiro'** 27/08/2013 155 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius

Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10612>

SILVA, Márcia Gomes dos Santos. **A IMPORTÂNCIA DE FRIEDRICH FROEBEL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**. Recanto das letras. 2013. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/4243695>

SILVA, Vanussa Sampaio Dias da. **O lúdico como recurso metodológico na inclusão de alunos com deficiência intelectual no Ensino Fundamental**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 20, 2 de junho de 2020.

Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/20/o-ludico-como-recursometodologico-na-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-no-ensino-fundamenta>

SOLEDADE, JACY ALICE GRANDE DA. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRIMEIRA INFÂNCIA EM CRECHES PÚBLICAS'** 13/03/2019 111 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7154>

SOUSA, Angélica Silva de. OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. ALVES, Laís Hilário. **A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

Disponível em:
<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/2336-Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308.pdf>

SOUTO, Maricélia Tomáz de. LIMA, Beatriz da Silva. PEREIRA, Erica Domingos. FARIAS, M.S. Givanildo Gonçalves de. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORANEIDADE.** Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2014.

Disponível em:
https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_02_11_2014_11_59_38_idinscrito_2760_f994a51772b4083feab5493db26f4461.pdf

UNICEF (United Nations International Children's Emergency Fund.). **DESENVOLVIMENTO INFANTIL.**

Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/desenvolvimento-infantil#:~:text=A%20primeira%20inf%C3%A2ncia%2C%20per%C3%ADodo%20que.social%20e%20emocional%20das%20crian%C3%A7as.>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **BANCO DE DADOS DA CAPES.** Base de Dados. BU – Biblioteca Universitária.

Disponível em:
<https://bases.bu.ufsc.br/capes/#:~:text=O%20Banco%20%C3%A9%20uma%20ferramenta.responsabilizam%20pela%20veracidade%20dos%20dados>

VEIGA, ELAINE CRISTINA FREITAS. **PRÁTICA DOCENTE PARA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL'** 05/03/2018 146 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande Biblioteca Depositária: BIC UFMS

Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4426>